

# artigo de opinião

Os artigos publicados nesta seção não traduzem necessariamente a opinião do IEA

## Ordenar o Processo de Difusão no Setor de Pesquisa: uma necessidade a ser repensada

Alceu de Arruda Veiga Filho<sup>1</sup>

As universidades estaduais de São Paulo, em particular a Universidade de São Paulo (USP), têm uma longa tradição de debate de seus problemas pela imprensa, motivada, entre outras razões, pela obrigação de dar satisfação dos seus atos à sociedade e, também, pela sua autonomia que garante direitos de manifestação acima de qualquer suspeita - com exceção dos períodos repressivos por que passou o País ou ainda por razões de política interna ou pessoal, estes últimos podendo classificar-se como decorrentes da natureza humana. Além disso, a própria tradição acadêmica da discussão teórica estimula a divergência de opinião e a construção de argumentos para defendê-los. Isso, sem dúvida, tem contribuído para um permanente processo de avaliação da universidade, colaborando para sua grandeza e evolução, sendo um modelo de conduta para outras organizações semelhantes em natureza como os institutos de pesquisa do estado.

Entretanto, nestes, apesar de os pesquisadores participarem dos debates acadêmicos, a discussão de seus problemas, quando acontece, é intramuros, adotando-se o discurso oficial, ou oficialesco, para se articular com a sociedade. Vejam-se os relatórios institucionais para se perceber a ausência de crítica e de indicadores qualitativos de desempenho e o tom laudatório que os perpassam. Por outro lado, quando artigos ou matérias são publicados na imprensa, em geral lamuria-se pela falta de

apoio governamental, critica-se a insensibilidade dos governantes (características verdadeiramente existentes), quase sempre propondo as mesmas soluções: aumento de recursos orçamentários e salarial (novamente corretas) sem, contudo, apresentar as contrapartidas em termos de racionalização organizacional e de atividades que possam ser convertidas em metas socialmente defensáveis.

Procurando-se adotar a mesma postura da universidade, no sentido de posicionar-se publicamente, busca-se, neste artigo, apresentar uma visão apreendida com a vivência, de um procedimento, ou papel, que consideramos deveria ser obrigação do pesquisador, a nosso ver cumprida de maneira ineficiente, qual seja, o da difusão do conhecimento/tecnologia, inclusive pouco valorizada pela Comissão Permanente do Regime de Tempo Integral (CPRTI) - comissão avaliadora do desempenho dos pesquisadores - e que tem uma repercussão muito grande na credibilidade e justificação de nossa função junto à sociedade.

E por que consideramos ineficiente? A resposta é simples: não existe um programa consolidado de difusão institucional dos programas e projetos de pesquisa, destacando critérios, definições, metas e avaliação, sendo feita por decisão de cada pesquisador, se assim o desejar, ou pelas instituições de maneira pouco planejada. Um programa de difusão deveria incorporar, em cada proposta de projeto, os mecanismos de difusão a serem utilizados, entre eles, palestras ao público-alvo, cursos de curta duração e os tradicionais encontros acadêmicos, qualquer um deles centrando-se na demonstra-

---

***Não deixar que  
as forças de  
mercado  
contingenciem  
a difusão  
tecnológica***

---

<sup>1</sup>Economista, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

ção. Além disso, este programa, com apoio da instituição, deveria selecionar as mais importantes tecnologias/conhecimentos e desenvolver procedimento de divulgação sistemática como organização de seminários sobre o assunto, convidando palestrantes que discutiriam o tema em pauta, publicando-se em seguida, números especiais em nossos periódicos, ou outras formas de divulgação, com estratégia de *marketing* para colocá-los à disposição do público.

Uma das experiências mais exitosas que podem ser citadas a esse respeito tem sido a Semana de Citricultura que nasceu por iniciativa individual, e já na sua décima sétima versão, reunindo anualmente, na Estação Experimental de Cordeirópolis, do Instituto Agrônomo (IAC), os mais variados segmentos do setor da citricultura paulista e brasileira, e onde, entre outros assuntos, os pesquisadores da área têm a oportunidade de apresentar seus trabalhos, debatê-los e divulgá-los, destacando-se como resultado desse esforço o apoio do setor produtivo ao evento e ao programa de pesquisa desenvolvido.

Outro exemplo de organização utilizado para difusão de tecnologia e que pode ser considerado como bem sucedido em São Paulo, pelo menos na fase da elaboração, é o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, preparado para obter financiamento externo. Sua preocupação era o de recuperar o melhor uso dos recursos naturais, solo e água, e isso foi feito, entre outras coisas, pelo estabelecimento de uma estratégia técnica que identifica problemas e propõe soluções alternativas, com base nas tecnologias existentes e estudadas pela pesquisa e extensão rural. Ou seja, sistematiza, de forma racional, o "como fazer", o qual em seguida é economicamente avaliado e disponibilizado.

O potencial de crescimento que existe na agropecuária paulista, apesar do alto nível tecnológico alcançado, ainda é grande e pode ser atingido com mais eficiência com a ajuda das instituições de pesquisa, consubstanciado através de uma ação planejada, de um programa de difusão, definindo prioridades, áreas e formas de atuação. Por outro lado, a consciência e o estímulo aos pesquisadores em desenvolver tal tarefa devem ser de origem institucional, e o mérito em fazê-lo avaliado em nível de premiação tão importante quanto o que existe para a geração do conhecimento/tecnologia.

Para demonstrar à sociedade o que está sendo feito e o que se encontra disponível,

um programa desse tipo deveria ser coordenado por uma instância hierárquica superior, para que pudesse articular, num só processo, as multidisciplinidades e interdisciplinidades existentes nas várias instituições de pesquisa do estado, além do que para se ter sucesso teria que ser organizado de forma matricial, ou seja, a difusão deveria ser inserida nos programas institucionais de pesquisa e em cada projeto. Isso significaria uma condução executiva "por dentro" e uma avaliação e discussão dos resultados num ambiente extraprojeto.

Afinal, deixar que a difusão da pesquisa seja contingenciada apenas pelas forças de mercado é pensar que a diferença entre o potencial a ser alcançado e o que é realizado não pode ser reduzido, e seus benefícios melhor distribuídos. É abrir mão de um papel inerente à atividade de pesquisa e cuja obrigação é do Estado, enquanto formulador de políticas. E, por último e não menos importante, é compreender que esta forma de agir estabelece uma interação com os usuários da pesquisa, em que estes passam a ser, também, avaliadores, antes que apenas receptores.